

PESQUISA AMOSTRAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - PAED - NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

André Chagas¹
Celso Corrêa²
Leandro Alcasar Rodrigues³

Resumo: o estudo apresenta os resultados de uma pesquisa de emprego e desemprego desenvolvida no município de Ribeirão Preto em janeiro de 1999. Discutem-se também a metodologia e são feitas algumas considerações sobre o desemprego em Ribeirão Preto e no Brasil e possíveis encaminhamentos para o problema.

Summary: the study presents the main results of a employment and unemployment research took place in the city of Ribeirão Preto in January of 1999. It analyses too the methodology and are made any considerations about the unemployment in Ribeirão Preto and Brasil and possibles to put on the right path for the problem.

¹ Estudante do 4º ano do curso de Ciências Econômicas da FEA-USP/RP.

² Estudante do 5º ano do curso de Ciências Econômicas da FEA-USP/RP.

³ Agente de Pastoral, estudante do 4º ano do curso de Geografia da Faculdade Barão de Mauá em Ribeirão Preto.

1. Apresentação

No mês de janeiro deste ano, foi realizada em Ribeirão Preto, uma Pesquisa Amostral de Emprego e Desemprego – PAED. O estudo foi encomendado pela Arquidiocese da cidade, haja vista o tema da Campanha da Fraternidade deste ano abordar o tema do desemprego. O trabalho constou de uma coleta amostral de 600 famílias, espalhadas por toda a cidade. A seleção destas famílias seguiu os princípios da aleatoriedade, embasada num trabalho cuidadoso que classificou os bairros em classes sociais e ponderou-se, a partir de pesquisas sócio-econômicas de outros institutos, a participação de cada classe e, portanto, de cada bairro, na amostragem.

O texto que ora segue busca colocar algumas questões de ordem econômica e conjuntural, definindo o tema em questão e abordando-o na atualidade.

Discorreremos, a seguir, sobre a metodologia e as etapas seguidas pela PAED. Tratamos da análise da amostra em um tópico à parte por considerá-lo fundamental para qualquer inferência que possamos fazer. É neste ponto que chamamos a atenção para os limites do presente trabalho no que se refere às suas afirmações estatísticas, e também para as possibilidades que o mesmo possui. Adiantamos que esta é a primeira vez que a metodologia elaborada por esta equipe é utilizada e qualquer consideração, para o bem ou para o mal, deve levar isto em conta. Na seqüência, analisamos os dados mais pertinentes e fazemos uma breve consideração sobre o desemprego em Ribeirão Preto e no Brasil e as possíveis saídas que podem ser adotadas.

2. Desemprego – conceito e conjuntura

Para definirmos desemprego primeiramente devemos saber o que é o emprego. O conceito econômico para emprego classifica-o como o número de homem/horas de trabalho desempenhando uma ocupação. Portanto, o desemprego corresponderia ao volume de emprego potencial não utilizado e, sua taxa, dada pela razão entre este último e o volume de emprego potencial total. Entretanto isto define para nós o conceito. O cálculo empírico nos coloca alguns outros problemas. As questões metodológicas na definição e classificação de quem é desempregado são importantes, pois define não apenas a taxa mas, sobretudo, a ideologia do estudo, pois sob o mesmo conceito consegue-se agrupar muitas formas de emprego e/ou desemprego velados. Por exemplo, as pessoas que por incapacidade física ou mental ou ainda, as pessoas que, por opção, não oferecem sua força de trabalho, não podem ser consideradas desempregadas. Mas pessoas que incapacitadas fisicamente – e recebendo pensão como inválidos – e estão procurando por trabalhos – qual a classificação que deverão receber – inativos ou desempregados? Se tomarmos a definição clássica de desemprego, baseada em Pigou: “o desemprego é caracterizado pelo desejo de estar e, ao mesmo tempo, pelo fato de não estar empregado”⁴; inegavelmente estes indivíduos são desempregados – mas algumas metodologias insistirão em tratá-los como inativos.

A PAED baseou-se muito mais nas características de procura e renda pessoal para definir ocupação e desocupação, aproximando de uma outra definição de desemprego, caracterizando a “situação na qual uma pessoa não encontra emprego no mercado de trabalho”⁵.

4 In CHAGAS, André. *Desemprego: fantasma do fim do século?* Ribeirão Preto: mimeo. Universidade de São Paulo: 1998, p.6.

5 In BELCHIOR, Eloísio O. *Vocabulário de Termos Econômicos e Financeiros*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1987, p. 135.

O desemprego toma uma forma mais conceitual e analítica concomitantemente ao surgimento e fortalecimento da produção industrial capitalista. No entanto, de forma mais recente, é da segunda metade da década de oitenta até os dias de hoje que o mesmo tem aparecido com novas configurações e se tornado uma preocupação mais forte na sociedade.

Globalização, abertura comercial, aumento da competitividade, da produtividade, surgimento de inovações tecnológicas cada vez mais num espaço de tempo menor, desqualificação profissional, ajustes das contas públicas dos governos de países em desenvolvimento, têm sido apontados como alguns dos principais fatores do aumento do desemprego nos últimos anos.

Passamos por um momento no qual a ocupação das pessoas e aquilo que elas produzem caminham para novas relações capital-trabalho. Para se ter uma idéia alguns estudos prevêem que daqui a cerca de trinta anos, menos de 2% da atual força de trabalho em todo mundo será suficiente para produzir tudo o que a demanda total necessitará. A América Latina, segundo relatório da OIT de 1998/1999, experimentou um crescimento econômico global em 1997 de 5%, aumento dos salários reais, dada as reduções nas taxas de inflação, contudo experimentou também um aumento na taxa de desemprego que alcançou 7,4%.

O desemprego revela sua face mais assustadora para determinados grupos sociais. Os países em desenvolvimento possuem uma taxa de desemprego de quase 30% entre jovens de 15 a 24 anos. Só na grande São Paulo, em relação aos jovens entre 15 a 19 anos de idade, no período de 1989 a 1996, a taxa de desemprego variou de 18,8% para 39,8%. Uma elevada taxa de desemprego juvenil pode se revelar danosa para o conjunto da sociedade, pois a falta de trabalho pode conduzir os jovens ao vandalismo, delinquência, drogadição, alienação, mal-estar e conflitos sociais.

Na sociedade brasileira, por razões históricas, os negros têm experimentado taxas de desemprego mais elevadas. Dados de 1996 da Fundação SEADE revelam

que o desemprego entre “homens negros é 77% maior que a dos brancos (20%); mulheres negras 20% em relação às brancas (15,6%)”.⁶

O desemprego de grande duração de tempo também castiga o trabalhador. Quanto mais ele demora para conseguir um emprego, mais os empregadores o descartam devido a depreciação pela qual passa a qualidade da mão-de-obra desse trabalhador. Os jovens, os negros e as mulheres são os maiores candidatos para essa situação.

Como alternativa à condição de desempregado, mais e mais trabalhadores têm contribuído para o crescimento do setor informal da economia. É informal porque está à margem da legislação tributária — não pagam impostos — e da legislação trabalhista — não garantem os direitos dos trabalhadores. De 25% a 30% dos trabalhadores no mundo estão, assim, subempregados e sujeitando-se a auferir salários inferiores aos que realmente necessitariam para viver. “Cinquenta e seis por cento da população latino-americana só pôde encontrar ocupação no mercado informal. Dos dezessete milhões de empregos criados na América Latina e no Caribe, no período de 1990 a 1995, oitenta e quatro por cento estão no setor informal.”⁷

3 . Metodologia

O trabalho da PAED pode ser dividido em três etapas. A primeira constitui-se na definição do tamanho da amostra, suas características internas, sorteio de bairros e ruas e elaboração do formulário.

Nossa intenção era abarcar um universo de duas mil pessoas, correspondente a cerca de 0,5% da população de Ribeirão Preto. Para tanto, definimos que entrevistariamos seiscentas famílias, dentre as várias classes

6 CNBB, *Sem Trabalho...Por quê? A Fraternidade e os Desempregados*. Texto-Base/CNBB. Ed. Salesiana Dom Bosco. São Paulo: 1998, parágrafo 27, p. 23.

7 CNBB. Op. cit., parágrafo 14, p. 17.

sociais. De fato, a PAED realizou um total de 1953 entrevistas com pessoas com mais de 10 anos de idade, num universo de 2360 pessoas nas 600 famílias entrevistadas. Considerando uma população, dada pela contagem do IBGE de 1996, de 456.252 ribeirãopretanos, nossa amostra representa 0,52% do total da população⁸.

Após definirmos o tamanho da nossa amostra passamos a estudá-la em suas características internas.

Nossa variável chave para classificar as pessoas dentro das classes sociais seria a renda familiar, uma vez que estamos tratando de Emprego e Desemprego. Fosse outro o nosso enfoque outra seria nossa variável de classificação. O emprego é, em nossa sociedade, sem sombra de dúvida a fonte principal de renda de uma família. Assim, não poderíamos deixar de considerar a renda como variável principal.

Ribeirão Preto, contudo, carece de dados e material de estudos confiáveis. A produção de estatísticas sobre nossa cidade é, pudemos constatar, deficiente, descoordenada e, muitas vezes, amadora. Quiçá esse empreendimento levado a cabo pela Arquidiocese e as entidades que a ajudaram, desperte outras instituições para a necessidade de se realizar estudos mais bem fundamentados sobre a realidade da cidade para que as

⁸ Havia a intenção de trabalharmos com um universo maior, talvez 1% ou 2% da população. Entretanto, várias limitações nos foram impostas, tais como tempo, pessoal e recursos financeiros. Por outro lado, as principais pesquisas do país que tratam do assunto, a PED da Fundação SEADE – DIEESE, e a PME do IBGE, trabalham com amostras menores que a nossa. A PED, entrevista 3.000 famílias nos 38 municípios da Grande São Paulo. Se considerarmos uma média de 4 pessoas por família (um pouco acima da que constatamos, para Ribeirão Preto, na **PAED**) e uma população de 13.000.000 de habitantes na região metropolitana de São Paulo, a amostra da PED representa 0,09% da população. Já a PME pesquisa 30.000 famílias nas seis principais regiões metropolitanas. Fazendo os mesmos cálculos e, considerando uma população total de 30.000.000 de pessoas nestas cidades, a amostra da PME representa 0,40% da população. Estes dados asseguram melhores conclusões à **PAED**, uma vez que, estatisticamente falando, quanto maior a amostra, menores são os erros.

intervenções na comunidade, visando o bem-estar de seus cidadãos, não aconteçam às escuras.

Em nenhum dos institutos de pesquisas e estatísticas consultados, repartição pública ou universidade encontramos dados confiáveis sobre a divisão em classes de renda em nossa cidade. Encontramos dados na Fundação SEADE sobre a classificação familiar por nível de envolvimento do Chefe de família, de 1991.

Não é preciso dizer que a renda familiar transcende os limites dos ganhos do chefe da família. Outras pessoas, cônjuge, filhos, parentes que vivam na casa etc., podem colaborar para aumentar os ganhos familiares e, dessa forma, a renda do chefe torna-se uma aproximação muito fraca da renda total⁹.

Este foi o primeiro problema enfrentado por nós. Descartar os dados conseguidos seria partirmos cegamente para campo sem qualquer forma de controle. Tal opção poderia comprometer o trabalho. Considerar os dados obtidos seria incorrer num possível desvio que se revelou, até certo ponto, irrelevante¹⁰, mas possui alguma forma de controle. Escolhemos a segunda opção.

Assim, nossa amostra foi classificada em classes de rendimento do chefe de família – conforme apresentado mais à frente.

Em seguida, os bairros foram classificados de acordo com as denominações adotadas e sorteados. Dentro desses bairros sorteamos as ruas de modo que nas ruas fossem realizadas no máximo quatro entrevistas.

9 Pode acontecer de haver famílias nas quais o chefe de família não possui rendimento algum e mesmo assim a renda familiar total não ser desprezível, pelo contrário, às vezes ser até elevada.

10 Isto pode ser visto no tópico sobre a análise da amostra.

Confeccionar o formulário também pode ser elencado dentre nossas preocupações. Afinal todas as informações futuras deveriam ser contempladas por ele. Precisávamos pensar numa ferramenta cujo alcance fosse o mais amplo possível, mas que também se enquadrasse dentro de nossas limitações de recursos¹¹.

Pensamos e definimos então as principais classificações que utilizaríamos, quais sejam: posição na família, sexo, cor e idade. Para facilitar o trabalho do pessoal que sairia a campo, deixamos pré-tabulados as informações para que os entrevistadores preenchessem apenas com um sinal diferenciador. Este formulário, depois de elaborado, passou pelo crivo de um professor do departamento de economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP/RP.

De posse deste material, partimos para a segunda etapa de nosso trabalho, que consistiu em organizar e formar equipes de entrevistadores para saírem a campo. Nosso tempo era escasso, mas mesmo assim conseguimos investir em cerca de doze horas de treinamento, divididos em três dias, formando uma equipe com setenta e duas pessoas. Essas foram divididas em dezesseis grupos que se responsabilizaram pelas entrevistas em vários bairros.

Tratou-se de um grande mutirão num clima de disponibilidade e solidariedade, uma vez que todas essas pessoas doaram seu tempo de serviço e, em alguns casos, apenas receberam o reembolso dos gastos efetuados com transporte e alimentação custeados pela Arquidiocese. Apesar do treinamento ter compensado parte da falta de experiência em entrevistas de campo dos nossos pesquisadores, os mesmos ofereceram um

11 A confecção dos formulários contou com o auxílio dos Sindicatos dos funcionários dos Correios, Metalúrgicos, Sindsprev e Bancários.

tempo de serviço aquém do planejado pela equipe de coordenação, forçando a pesquisa a ser realizada no prazo de quinze dias.

Normalmente este tipo de pesquisa considera no seu planejamento um prazo de sete dias para se detectar e classificar os entrevistados como inativos ou ativos, desempregados ou empregados. Porém, na PAED este fato não acarretou num prejuízo qualitativo das entrevistas, uma vez que o mesmo se diferencia de outras pesquisas de emprego e de desemprego por termos adotado o período base de trinta dias. Isto não nos traz maiores prejuízos analíticos, como pode ser visto no quadro a seguir

Quadro 1: Diferenças nas metodologias: PAED x PME - PED

	PAED	PME – PED
Trabalhou nos últimos 7 dias	Empregado	Empregado
Trabalhou nos últimos 30 dias, mas não trabalhou nos últimos 7 dias e procurou emprego	Desemprego Encoberto pela precariedade do trabalho	Desempregado
Não trabalhou nos últimos 30 dias e procurou emprego	Desempregado	Desempregado

Por fim, enfrentamos nesta etapa restrições meteorológicas que impuseram-nos pesados limites, uma vez que impossibilitava a locomoção do pessoal de campo com facilidade, o que quase comprometeu nosso cronograma.

A terceira e última etapa desta pesquisa refere-se à tabulação. É neste momento que os conceitos são utilizados para a definição de filtros que mostrarão os números do Resultado Final. Os principais conceitos

utilizados referem-se à População Total, População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA).

A População Total é o número de pessoas, homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, velhos etc. que compõem, no nosso caso, a população de Ribeirão Preto; a PIA são todas as pessoas com mais de 10 anos, independente do fato de estarem trabalhando ou não; e a PEA são todas as pessoas que potencialmente podem estar trabalhando, vale dizer, pessoas que estejam trabalhando ou que desejam efetivamente (procuram) estar.¹²

Ademais, definimos outras classificações para as pessoas e sua situação, que coincidem ou não com os conceitos utilizados pelos outros órgãos de pesquisas:

- **Aposentados/inválidos inativos em condição precária¹³:** normalmente, o conceito de aposentadoria já deveria classificar uma pessoa como ativa ou inativa. Entretanto, nossos questionários revelaram um número significativo de aposentados – pessoas que recebem pensão alimentícia como inválidos ou como aposentados – que estavam desempenhando alguma atividade remunerada ou que se dispuseram e procuraram por trabalho nos últimos 30 dias. Então, optamos por classificá-los em um grupo à parte, como forma de

12 O índice de desemprego, normalmente apurado, é um quociente do número de desempregados (pessoas que não estão, desejam e procuram estar) pela PEA.

13 O conceito de “condição precária” foi definido por nós e é uma particularidade da **PAED** em relação às outras pesquisas de emprego e desemprego. Refere-se às pessoas que tenham, no mês de referência, um rendimento mensal inferior a dois salários mínimos, exclusive. Esse valor não é aleatório, mas define para nós o limite divisional entre as classes C e D. Por outro lado, para quem o considera elevado para definir uma condição de precariedade, faço menção ao fato de Ribeirão Preto contar com uma renda *per capita* de cerca de R\$ 5.500,00 anuais, ou aproximadamente R\$ 460,00 mensais. Portanto, nosso conceito de condição precária define as pessoas que, no cômputo da renda total da cidade, fazem cair o valor médio da remuneração *per capita* e que, em relação aos demais, estão em condição de desigualdade, portanto.

proceder a uma melhor análise e não comprometer os outros indicadores;

- **Aposentados/inválidos inativos em condição não-precária:** aposentados ou pensionistas que tenham renda pessoal maior ou igual a 2 salários que não desempenharam atividade remunerada e não procuraram emprego nos últimos 30 dias;
- **Inativos:** pessoas que não desempenharam atividade remunerada, não se dispuseram e não procuraram emprego nos últimos 30 dias;
- **Empregados ocupados:** pessoas em condição não-precária (renda pessoal acima ou igual a 2 salários mínimos) que desempenharam atividade remunerada nos últimos 30 dias; e pessoas que desempenharam atividade não-remunerada de ajuda a parentes ou instituições beneficentes, com regularidade e que não procuraram emprego nos últimos 30 dias;
- **Subempregados:** pessoas que em condição precária (renda pessoal menor que 2 salários mínimos exclusive) desempenharam atividade remunerada nos últimos 30 dias e não procuraram emprego;
- **Aposentados/inválidos em condição precária empregados:** aposentados, com renda pessoal menor que 2 salários mínimos exclusive e que desempenharam atividade remunerada nos últimos 30 dias;
- **Aposentados/inválidos condição não-precária empregados:** aposentados, com renda pessoal maior ou igual a 2 salários mínimos e que desempenharam atividade remunerada nos últimos 30 dias;
- **Desemprego Aberto:** pessoas que não desempenharam atividade remunerada, que se dispuseram a procurar trabalho;

- **Aposentados/Inválidos em condição precária procurando emprego:** aposentados, com renda pessoal inferior a 2 salários mínimos e que procuraram emprego nos últimos 30 dias;
- **Aposentados/Inválidos em condição não-precária procurando emprego:** aposentados, com renda pessoal maior ou igual a 2 salários mínimos e que procuraram emprego nos últimos 30 dias.
- **Desemprego encoberto pela desesperança:** pessoas que não desempenharam atividade remunerada, que se dispuseram a trabalhar mas que não procuraram emprego nos últimos 30 dias por desânimo ou desilusão com o mercado de trabalho;
- **Desemprego encoberto pela precariedade do trabalho:** pessoas que em condição precária (renda pessoal menor que 2 salários mínimos exclusive) desempenharam atividade remunerada nos últimos 30 dias e, ao mesmo tempo, procuraram outros empregos;

4. Análise da amostra

A amostra utilizada pela PAED constituiu-se de 600 famílias escolhidas aleatoriamente, após serem feitas as devidas ponderações das classes de renda por bairros e sorteadas as ruas dentro destes bairros. Tomou-se o cuidado de se entrevistar não mais do que quatro famílias por rua, de modo a diversificarmos ao máximo nossa amostra. É importante frisarmos o cuidado que tivemos ao treinar nossos entrevistadores para que escolhessem realmente aleatoriamente estas casas. Evitamos, também, de atribuímos ruas a serem entrevistadas próximas à residência de nossos entrevistadores para também nessa hora evitarmos algum viés.

Como controle, adotamos três variáveis básicas: o percentual extraído do total de pessoas com mais de 10 anos (PIA) sobre a população total; a divisão percentual da população em homens e mulheres; e a distribuição percentual das

rendas dos chefes de famílias, que foi a aproximação adotada por nós para a renda familiar, uma vez que não dispúnhamos destes dados.

4.1 PIA/População total

Conforme pode ser observado na Tabela 1, o universo total pesquisado abarcou 2.360 pessoas em 600 famílias, sendo 1.953 maiores de dez anos. A relação PIA¹⁴ / PT (População Total) deu-nos um valor de 82,75%, vale dizer, 82,75% da população da amostra é maior de dez anos.

Para a população de Ribeirão Preto, os dados mais recentes referem-se ao ano de 1996, quando foi realizada a contagem populacional pelo IBGE. Nesta contagem, Ribeirão Preto contava com uma população de 456.252, dentre as quais 381.212 pessoas tinham mais de 10 anos. A relação PIA / População Total, para esta contagem é de 83,55%.

Comparando os dois índices, os dados da amostra diferem com um erro de 0,96% dos dados da contagem, o que podemos considerar irrelevante.

14 Considera-se PIA como sendo todas as pessoas que estão em idade de trabalho potencial. Essa relação PIA/PT nos fornece a informação da participação das pessoas em idade de trabalho potencial na população total, expressa como percentual.

Afora questões legais que imperem nos países, entre eles o Brasil, onde o trabalho para menores de quatorze anos é proibido, a realidade do mercado de trabalho tem demonstrado que nem sempre essa legislação é respeitada, ocorrendo em muitos lugares o trabalho em crianças de idade menores. Nossa tarefa enquanto pesquisadores não é, em hipótese alguma uma forma de apoio a esse tipo de trabalho, o que, ao contrário condenamos veementemente. Mas, num estudo como este e, sabendo que ignorar tal situação pode provocar algum tipo de viés e ainda, como outros institutos de pesquisas valem-se deste mesmo conceito, preferimos adotá-lo como parâmetro.

Nosso estudo, vale ainda dizer, não se pautou por procurar identificar algum índice de trabalho infantil – esta tabulação não nos é possível com os dados que dispomos. Mas é possível perceber pela análise dos formulários que existe uma disposição a trabalhar, quando não trabalho efetivo, em crianças e adolescentes menores de quatorze anos, sobretudo nas famílias de mais baixa renda.

Tabela 1: Relação PIA / População Total

	PAED	IBGE
Total de pessoas (A)	2.360	456.252
Total de pessoas com mais de 10 anos (B)	1.953	381.212
B/A	82,75%	83,55%

4.2 Distribuição da população por sexo

A distribuição da população de nossa amostra por sexo revelou-nos um total de 48,69% de homens e 51,31% de mulheres, com variância 0,0343 e desvio-padrão 0,1853, conforme pode ser visto na Tabela 2. A mesma classificação de dados para a contagem do IBGE, referente ao ano de 1996, deu-nos 48,45% de homens e 51,55% de mulheres.

O erro, calculado como a diferença entre a variância da amostra da PAED para a variância do IBGE, é de 0,0137, o que pode ser considerado um erro pequeno.

4.3 Distribuição percentual das rendas dos chefes de família

A principal variável de controle para uma pesquisa como esta é a renda familiar, uma vez que o emprego (ou o desemprego) de algum membro da família interfere diretamente nos ganhos auferidos pela família. Não dispomos, entretanto, de dados sobre a renda familiar de Ribeirão Preto, de modo que tivemos que buscar um dado que servisse de aproximação para a renda familiar. Após pesquisarmos em alguns órgãos (universidades, repartições públicas, associações comerciais etc.), achamos dados sobre a renda do chefe de família – a qual utilizamos como aproximação para a renda familiar.

Os dados iniciais – Tabela 3 – indicavam uma proporção de 15,35% de chefes da família na classe A – mais de 10 salários mínimos; 20,11% na classe B – de 5 a 10 salários mínimos; 37,49% – de 2 a 5 salários mínimos; 22,40% na classe D – de 1/2 a 2 salários mínimos; e 4,44% na classe E – menos de 1/2 salários mínimos.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO: PAED X IBGE

	PAED	IBGE-1996
Homens	48.69	48.45
Mulheres	51.31	51.55
Variância	0.0343	0.0480
Desvio padrão	0.1853	0.2192

Com base nestes dados, os bairros da cidade foram classificados nestas 5 classes e a população de nossa amostra proporcionalmente dividida, de modo que os bairros de cada classe contribuíssem, com as proporções estabelecidas, com o número de pessoas de acordo com os dados disponíveis.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO CHEFE DA FAMÍLIA – PAED X SEADE

	PAED - 1999	SEADE – 1991
0 a 0,5 salários	10.47	4.44
0,5 a 2,0 salários	13.01	22.40
2,0 a 5,0 salários	28.04	37.49
5,0 a 10,0 salários	20.61	20.11
+10 salários	25.00	15.35
S/ declaração	2.87	0.21
TOTAL	100.00	100.00

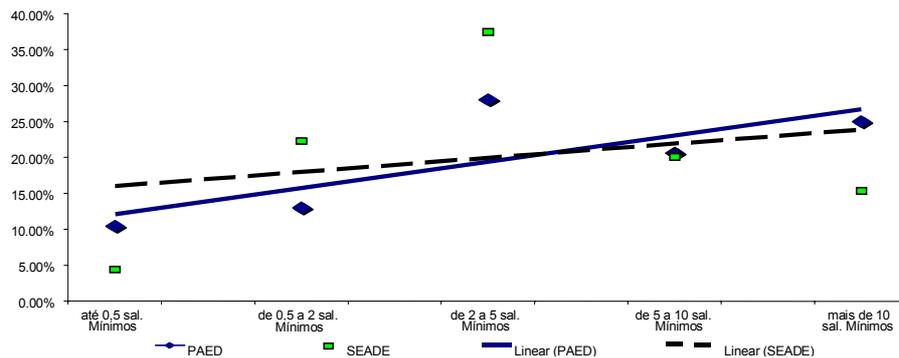
Na Tabela 3, encontramos os resultados finais da PAED para a renda do chefe da família. Os chefes de família de classe A representaram 25,00% de todos os chefes; 20,61% para a classe B; 28,04% para a classe C; 13,01% para a classe D; e 10,47% para a classe E.

Se compararmos os dois resultados, há uma substancial variação nos números, no que se refere às classes E e A. Os dados da PAED apontam um crescimento nestas duas faixas de renda, achatando a distribuição, como pode ser visto no Gráfico 1. Nestes, tentamos traçar uma linha de tendência – que indicaria a distribuição das rendas do chefe da família apuradas para a população de Ribeirão Preto pela Fundação SEADE e pela PAED – que suavizaria as disposições dos dados. Esta linha traça uma média entre os pontos. A análise do gráfico talvez nos permita visualizar a grandeza desta diferença. Os pontos azuis referem-se aos dados da PAED, enquanto os pontos verdes são os dados da SEADE.

A linha azul, com inclinação positiva mais acentuada é a linha de tendência das remunerações da PAED, enquanto a linha mais achatada, de cor verde, refere-se aos da SEADE. O diferencial entre as linhas refere-se ao erro apurado. Caso as duas amostras tivessem as mesmas características, as linhas coincidiriam, sobrepondo-se.

O mais importante não é tanto esse diferencial, mas o fato de ambas terem inclinação positiva, refletindo as tendências crescentes das amostras. Tal fato nos diz que, embora o erro exista e tenha importância, os dados da PAED, também para este ponto revelam-se relativamente consistentes.

Gráfico 1: Distribuição da Renda do Chefe da Família: PAED x SEADE



5 . Análise dos dados

Dividiremos a exposição dos dados em três etapas. A primeira consiste em analisar as taxas de desemprego, nos vários conceitos já apresentados na seção III, “A Metodologia Utilizada na Pesquisa”. As etapas seguintes buscam traçar um perfil do desocupado em condição de desemprego aberto, encoberto pela precariedade do trabalho e o subempregado e, classificados em cor, posição na família e formação escolar. Todos estes pontos serão aprofundados na conclusão apresentada na seção seguinte.

5.1 Taxas de desemprego

A Tabela 4 resume as informações com relação aos índices apurados de acordo com a metodologia utilizada pela PAED.

Os dados revelam-nos uma realidade bastante preocupante do ponto de vista social. Os dados nos dizem que apenas 55,65% da população economicamente ativa estão recebendo mais que 2 salários mínimos por mês e estão satisfeitas com o emprego que têm; 5,29%, apesar de já serem aposentados, continuam ativos, perfazendo uma remuneração pessoal maior ou igual a 2 salários e não procuram por emprego¹⁵. Ou seja, 60,94% da PEA estão relativamente satisfeitos com seu emprego atual.

15 A razão de fazermos esta observação com relação aos aposentados tem duplo caráter. Primeiro, um caráter moral: é de se esperar que, após trabalhar vários anos seguidamente, de alguma maneira, espontânea ou compulsória, um trabalhador tenha direito e efetivamente receba um prêmio, que pode ser encarado como sua aposentadoria e se retire do mercado de trabalho – deste ponto de vista a necessidade de trabalhar refletiria, talvez alguma forma de injustiça para com este direito; um contra-argumento a este pode ser tirado do próprio resultado da pesquisa, uma vez que estas pessoas estão satisfeitas naquilo que fazem e com a remuneração que recebem, razão pela qual estão entre os ocupados em nossa classificação; o segundo argumento é de ordem economicista: um aposentado, estando no mercado de trabalho e, tendo em vista o alto índice de desemprego apresentado por diversas pesquisas – entre elas a PAED – permite-nos afirmar que oportunidades de trabalho estão sendo retiradas aos mais jovens em razão da permanência destes profissionais no mercado. Grosso modo – não estamos fazendo análise de nenhum mercado em específico e, portanto, estamos desconsiderando qualquer fator de escassez de mão-de-obra – estes aposentados aumentam a oferta de trabalho, baixando os salários de um modo geral e, dada uma limitação no número de postos de trabalho e, considerando algum grau de resistência a mudança, dado pelos custos de se mandar este aposentado embora, reduz as oportunidades de contratação de um profissional ingressante no mercado.

Tabela 4: resultados finais da PAED – PEA, Ocupados e Desocupados

	Amostra	% PEA
Ocupados		
Empregados ocupados	694	55,65%
Subempregados		
Aposentados em condição precária empregados	4	0,32%
Aposentados em condição não-precária empregados	66	5,29%
Desocupados		
Desemprego Aberto	145	11,63%
Aposentados em condição precária procuram emprego	5	0,40%
Aposentados em condição não-precária procuram emprego	8	0,64%
Desemprego encoberto pela desesperança	8	0,64%
Desemprego encoberto pela precariedade do trabalho	190	15,24%
Uníversono economicamente ativo	1247	100,00%
Uníversono pesquisado – pessoas com mais de 10 anos	1953	
Uníversono pesquisado - Total	2360	

Isto equívale a dizer que 39,04% da PEA estão em alguma situação precária ou realmente desempregadas. Os números mais preocupantes dentro deste grupo referem-se às pessoas que se encontram em situação de desemprego encoberto pela precariedade do trabalho¹⁶, que chega a superar a taxa de desemprego aberto. Ou seja, 15,24% da PEA ribeirãopretana estão desempenhando alguma atividade remunerada e perfazendo um ganho mensal inferior a 2 salários mínimos e, necessariamente, estão procurando por outro emprego; ou não estando desempenhando atividade remunerada, mas estudando ou desempenhando alguma outra atividade não-remunerada,

16 Pessoas que trabalharam em alguma atividade, com ou sem regularidade, ganharam uma renda pessoal inferior a dois salários mínimos e efetivamente procuraram emprego nos últimos trinta dias.

seja ajudando parentes, seja instituições e trabalhos assistenciais, sem contudo deixarem de procurar por emprego remunerado.

Se somarmos a este grupo os classificados como subempregados – ou seja, as pessoas que desempenham atividade remunerada com regularidade e têm uma renda mensal inferior a 2 salários mínimos e que não procuraram por outro emprego nos últimos trinta dias – que totalizam 10,18%, teremos, então 25,42% da PEA trabalhando e recebendo menos de 2 salários mínimos.

A taxa de desemprego aberto é de 11,63%. Nestes se incluem as pessoas que não desempenharam atividade remunerada, dispuseram-se e efetivamente procuraram emprego nos últimos trinta dias.

Se considerarmos uma população de 456.252 pessoas, que é o dado mais recente de que dispomos, teríamos, então, como pode ser visto na Tabela 5, uma estimativa de PEA, de 241.079. Para esse montante, as pessoas em situação de desemprego encoberto pelo trabalho precário, o subemprego e o desemprego aberto, totalizariam 89.320.

Tabela 5: Inferências dos resultados da PAED para a população de Ribeirão Preto

Conceito	Pessoas	%	Inferência para a População da cidade
Total da Amostra	2350	100,00%	456.252
Em Idade Ativa (PIA) da Amostra	1963	82,75%	377.568
PEA da Amostra	1247	52,84%	241.079

5.2 Perfil do desempregado

5.2.1 Desemprego aberto

Como pode ser visto na Tabela 6, o desempregado em condição definida como desemprego aberto é homem – 51,7%¹⁷ destes; tem entre 18 e 25 anos de idade – 37,9%; mora com os pais – 49,6%; é branco – 64,1%; e tem o primeiro grau incompleto – 47,5%. Essas informações nos dizem muito acerca dos problemas enfrentados pelos trabalhadores que têm esse perfil (que discutiremos com mais detalhes adiante): a dificuldade de conseguir um primeiro emprego, a baixa qualificação, a preferência do mercado pela mão-de-obra feminina em muitas profissões, dado o baixo salário que lhes são pagos, dentre outros.

5.2.2 Desemprego encoberto pelo trabalho precário

Entre as pessoas que se encontram trabalhando, recebendo uma renda pessoal inferior a dois salários mínimos e efetivamente procurando um outro emprego, o perfil é o seguinte: mulher (58,95%), tem entre 18 e 25 anos (32,11%), mora com os pais (45,79%), é branca (75,79%) e tem o primeiro grau incompleto (31,37%). Este indivíduo reflete a situação de muitas mulheres (do lar) que partem para o mercado de trabalho no desejo de obterem uma renda adicional para a família com o intuito de ajudarem seus maridos, pais ou parentes – 3,21% da PEA de Ribeirão Preto encontram-se nesta situação (isto é cerca de 7.700 mulheres).

5.2.3 Subempregados

O subempregado tem perfil semelhante ao anterior. Dos indivíduos que se enquadram nesta definição, 61,42% são mulheres, 28,35% têm entre 18 e 25 anos;

¹⁷ Estes dados são calculados como percentual do total.

43,31% moram com os pais; 72,44% são brancos e 45,67% têm o primeiro grau incompleto.

Tabela 6: resultados da PAED para a conceitos selecionados

Classificação	Desemprego aberto %	Encoberto pela precariedade do trabalho %	Subempregado %
Total	100,00	100,00	100,00
Sexo			
Homens	51,72	41,05	38,58
Mulheres	48,28	58,95	61,42
Idade			
10 a 17 anos	18,62	28,95	21,26
18 a 25 anos	37,93	32,11	28,35
26 a 35 anos	19,31	13,68	15,75
36 a 45 anos	12,41	12,63	14,17
46 a 55 anos	10,34	10,00	11,02
56 a 65 anos	0,69	2,63	7,09
+ 65 anos	0,69	0,00	2,36
Formação			
Sem formação	5,52	5,26	2,36
1º Grau Incompleto	47,59	44,74	45,67
1º Grau completo	12,41	18,42	19,69
2º Grau Incompleto	8,97	15,26	10,24
2º Grau Completo	13,79	10,53	14,96
3º Grau Incompleto	3,45	3,68	3,94
3º Grau Completo	8,28	2,11	3,15
Cor			
Branca	64,14	75,79	72,44
Parda	27,59	17,89	20,47
Negra	8,28	6,32	7,09
POSIÇÃO NA FAMÍLIA			
Chefe	19,31	15,26	14,96
Cônjuge	20,00	26,32	30,71
Filho	49,66	45,79	43,31
Outros	11,03	12,63	11,02

5.3 Resultados finais classificados por grupos

5.3.1 Cor

Classificamos, também, os resultados finais por grupo de cor. Os números são obtidos como percentual da frequência da classe pelo total do grupo. Ou seja, apuramos a taxa de pessoas dentre as de sua cor que estão em cada uma das classificações que adotamos. Assim, o desemprego aberto entre os brancos é de 9,35%, entre os pardos, 21,39% e entre os negros, 18,46%. As pessoas brancas que ganham menos de dois salários mínimos e procuraram emprego nos últimos trinta dias representam 14,47% de todas as de sua cor economicamente ativas; as pardas, 18,18%; e as negras, 18,46%. Os brancos subempregados são 9,25% dos economicamente ativos; os pardos, 13,90% e os negros, 13,85%. Estes números podem ser vistos na Tabela 7.

TABELA 7: RESULTADOS FINAIS DA PAED FILTRADOS POR GRUPOS DE COR

	COR		
	Branca	Parda	Negra
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%
Ocupados			
Empregados ocupados	58,99%	42,25%	43,08%
Subempregados	9,25%	13,90%	13,85%
Aposentados em condição precária empregados	0,40%	0,00%	0,00%
Aposentados em condição não-precária empregados	5,83%	2,67%	4,62%
Desocupados			
Desemprego Aberto	9,35%	21,39%	18,46%
Aposentados em condição precária procurando emprego	0,30%	1,07%	0,00%
Aposentados em condição não-precária procurando emprego	0,80%	0,00%	0,00%
Desemprego encoberto pela desesperança	0,60%	0,53%	1,54%
Desemprego encoberto pela precariedade do trabalho	14,47%	18,18%	18,46%

Por estes resultados podemos ver que o preconceito racial está presente no mercado de trabalho ribeirãoopretano, pois os negros e pardos encontram-se nitidamente em condições piores que os brancos. Um dado interessante é que, o desemprego encoberto pela desesperança – ou seja, aquelas pessoas que não procuraram emprego nos últimos trinta dias porque se sentiram desanimadas com as condições do mercado de trabalho – é maior entre os negros – 1,54% destes; enquanto é 0,60% entre os brancos e 0,53% entre os pardos.

5.3.2 Posição na Família

Classificamos os resultados finais por grupo de posição na família. Por estes dados, vemos que o desemprego aberto entre os chefes de família é de 6,14%; 11,33% entre os cônjuges; 16,22% entre os filhos; e 17,58% entre os outros membros da família. Os dois últimos números nos dizem que os desempregados, de um modo geral, buscam em seus pais ou em parentes auxílio para enfrentarem suas dificuldades. A ordem de classificação se repete entre os desempregados encobertos pela precariedade do trabalho: 6,36% entre os chefes de família; 19,53% entre os cônjuges; 19,59% entre os filhos; e 26,37% entre os outros membros da família. Entretanto, podemos ver que o subemprego é maior entre os cônjuge que entre os filhos, espelhando a necessidade da mulher (93,89% dos cônjuges são mulheres), ingressar no mercado de trabalho – na maioria das vezes para complementar a renda da família – e fazendo isso em condições nem sempre as melhores, sujeitando-se a salários mais baixos.

Estes números podem ser vistos na Tabela 8.

TABELA 8: RESULTADOS FINAIS DA PAED FILTRADOS POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA

	POSIÇÃO NA FAMÍLIA			
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ocupados				
Empregados ocupados	69,74%	47,27%	50,23%	35,16%
Subempregados	4,17%	15,23%	12,39%	15,38%
Aposentados em condição precária empregados	0,66%	0,39%	0,00%	0,00%
Aposentados em condição não-precária empregados	10,96%	3,91%	0,45%	4,40%
Desocupados				
Desemprego Aberto	6,14%	11,33%	16,22%	17,58%
Aposentados em condição precária procurando emprego	0,88%	0,00%	0,23%	0,00%
Aposentados em condição não-precária procurando emprego	0,66%	1,17%	0,23%	1,10%
Desemprego encoberto pela desesperança	0,44%	1,17%	0,68%	0,00%
Desemprego encoberto pela precariedade do trabalho	6,36%	19,53%	19,59%	26,37%

5.3.3 Formação Escolar

Da Tabela 9, podemos tirar algumas conclusões interessantes. Dos 11,63% de pessoas economicamente ativas em desemprego aberto, 5,53% têm o 1º Grau incompleto.

TABELA 9: RESULTADOS FINAIS DA PAED FILTRADOS POR FORMAÇÃO ESCOLAR – EM %

	Sem Forma- ção	1º Grau Incom- pleto	1º Grau Comple- to	2º Grau Incom- pleto	2º Grau Comple- to	3º Grau Incom- pleto	3º Grau Comple- to	Total
Ocupados								
Empregados Ocupados	1,44	12,83	7,62	4,41	11,39	3,77	14,19	55,65
Subempregados	0,24	4,65	2,00	1,04	1,52	0,40	0,32	10,18
Aposentados/inválidos em condição precária em pregados	0,08	0,16	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32
Aposentados/inválidos em condição não- precária em pregados	0,32	2,25	0,48	0,16	0,40	0,00	1,66	5,29
Desocupados								
Desemprego Aberto	0,64	5,53	1,44	1,04	1,60	0,40	0,96	11,63
Aposentados/inválidos em condição precária procurando emprego	0,08	0,24	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40
Aposentados/inválidos em condição não- precária procurando emprego	0,00	0,24	0,08	0,16	0,00	0,16	0,00	0,64
Desemprego encoberto pela desesperança	0,08	0,24	0,08	0,24	0,00	0,00	0,00	0,64
Desemprego encoberto pela precariedade do trabalho	0,80	6,82	2,81	2,33	1,60	0,56	0,32	15,24

Se considerarmos os 0,64% que não têm formação alguma, teremos que 53,05% (6,17% da PEA) das pessoas que não trabalharam, se dispuseram e efetivamente procuraram emprego têm menos de 8 anos de estudo. Estas pessoas representam ainda 50,0% daqueles que se encontram em condições precárias de trabalho – procurando outra ocupação; e 48,03% dos subempregados. Juntas, estas pessoas são cerca de 45.000 pessoas.

Apesar da presença de 5 instituições de ensino superior, apenas 17,47% de nossa PEA tem o 3º Grau completo, enquanto, na outra ponta, quase o dobro, 32,96% das pessoas começaram mas não terminaram o Primeiro Grau. Estes

números não devem surpreender o estudioso mais atento, pois refletem a opção da cidade em especializar-se no setor comercial e de serviços em geral, onde não se exige muita qualificação (anos de estudo) dos trabalhadores.

6. - Por uma nova visão do trabalho

Os resultados finais da PAED concluem que Ribeirão Preto não está em situação melhor que o resto do país no que se refere à condição de seus trabalhadores. O índice de desemprego aberto atinge 11,63% da PEA, o que representa cerca de 28.800 trabalhadores. A soma dos conceitos sob o grupo dos desocupados, vale dizer, desemprego aberto, desemprego encoberto pela desesperança, aposentados/inválidos em condição precária procurando emprego, aposentados/inválidos em condição não-precária procurando emprego e desemprego encoberto pela precariedade do trabalho, totaliza 28,55% da PEA, ou cerca de 68.800 pessoas. Se adicionarmos a estes os subempregados, 10,18% da PEA, teremos cerca de 93.300 pessoas desempregadas, subempregadas ou trabalhando em condições precárias e por isso procurando outra ocupação. Isto representa cerca de um quinto de toda a população da cidade. Estes números, por suas grandezas, nos alertam para a dura realidade: Ribeirão Preto não pode ostentar impunemente o título de “Califórnia Brasileira”. A realidade de sua população não espelha tal alcunha.

Neste ponto do trabalho, queremos amadurecer algumas idéias para as possíveis causas do desemprego em Ribeirão Preto, como o chamado desemprego estrutural, o desemprego conjuntural e a qualificação da mão-de-obra.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para um assunto que se torna ponto pacífico nas discussões a respeito de emprego e desenvolvimento econômico – a educação. E devemos encarar tal questão sob dois pontos de vistas que, embora distintos e eventualmente conflitantes, vem permeando todo este trabalho e concilia as várias correntes. Sob o ponto de vista moral, a educação é fonte de enriquecimento pessoal e meio de crescimento do ser humano enquanto sujeito

histórico. Tal visão insiste para a necessidade de conscientização e formação plena alcançada por meio do convívio com seus semelhantes, aprendizado e respeito para com as diferentes culturas e incorporação dos elementos novos que permitam uma visão de mundo – política, cultural, econômica etc. – capaz de fazer do homem sujeito histórico, vale dizer, sujeito de direitos e deveres para com a sociedade, capaz de decidir sozinho seu futuro e de comprometê-lo com uma nova visão de mundo, mais ecológica, holística etc. Dentro desta visão, que chamaremos de subjetiva, a educação do homem adquire papel fundamental.

Sob um ponto de vista mais pragmático e economicista, a educação da mão-de-obra engloba a necessidade de ensinamento das novas técnicas de produção aos trabalhadores, centradas sobretudo na automação. Dado o grande avanço tecnológico, as empresas têm necessidade de funcionários mais capacitados a operarem as modernas máquinas informatizadas, o que inclui não apenas o básico de informática, como às vezes, conhecimentos mais específicos de sua área de atuação. Os novos equipamentos pedem cada vez mais raciocínio e menos operacionalização, cada vez mais exige-se que o trabalhador tome decisão, ao invés de exigir que ele apenas execute uma determinada tarefa repetitiva. A empresa moderna é pautada cada vez mais em processos e menos em linhas de montagem. Assim, o profissional que vai ao mercado vender sua mão-de-obra deveria ter, para se destacar dentre os demais, uma melhor qualificação formal, que hoje transcende os limites da educação escolar – cada vez mais os chamados “cursos acessórios” como o inglês, espanhol, programação em informática etc., vão passando a ser parte essencial de um currículo. Nesta visão, a educação atende aos objetivos do mercado e das empresas e por isso a chamaremos de objetiva.

Uma não exclui a outra, pois o indivíduo que recebe uma educação que o capacite a tomar decisões e a enxergar a si mesmo como parte de um todo – visão holística – está, muito provavelmente, capacitado a adequar-se às novas exigências do mercado e atender aos objetivos das novas empresas. De modo que, para esta análise, as duas visões, tanto a objetiva quanto a subjetiva, representam uma única abordagem, divergindo apenas em modo.

A necessidade de capacitação é, portanto, um curso que, não sendo totalmente “natural”, parece-nos inevitável. Pois se não consideremos: dado uma limitação imposta pela tecnologia e uma crescente oferta de mão-de-obra, a formação deixa de ser incremental para ser necessidade – as empresas passam a tomar tais itens como critérios eliminatórios¹⁸.

A limitação tecnológica define para alguns o que se costumou chamar de desemprego estrutural, vale dizer, a extinção de postos de trabalhos em algumas indústrias por máquinas automatizadas sem a conseqüente substituição destes postos em outras indústrias¹⁹. No Brasil, isto começa a ser sentido por volta de 1993,

18 Neste ponto da discussão podemos fazer dois apartes: o primeiro refere-se às hipóteses que colocamos para que a afirmação precedente seja verdadeira. A primeira hipótese – as limitações tecnológicas – são dadas pelo desenvolvimento dos equipamentos que acompanham a evolução das técnicas, da ciência e, no limite, da própria cultura. Não podemos negá-la, fechar-lhe os olhos ou tentar impedi-la. Devemos torná-la útil a todos os homens; a segunda hipótese, refere-se à crescente oferta de mão-de-obra. Esta está intimamente relacionada com a primeira. O desenvolvimento das novas técnicas de produção e distribuição tem tornado os investimentos mais intensivos em capitais, poupando mão-de-obra, aumentando a produtividade do capital – o que pode levar a três caminhos: aumento de lucros, redução de preços e aumento de salários. Os dois primeiros têm-se verificado com mais constância, no Brasil. O terceiro, apenas em alguns mercados onde exige-se mão-de-obra mais qualificada e cuja oferta é mais escassa.

Com isso em mente, podemos considerar que não precisaria ser verdade que a globalização – e nos referimos aqui principalmente aos novos instrumentos de produção que passam a ser usados nas diversas indústrias em conseqüência dela – conduza a aumento de desemprego. Veja o caso dos Estados Unidos que há alguns anos estão em situação de pleno emprego. A verdade é que, por conta de atitudes de políticas econômicas, mal-intencionadas ou não, o Brasil tem enfrentado um crescente aumento de desemprego. A aritmética é simples. Nossa população cresce a uma taxa de 2,34% ano (admitamos que ela seja uma boa aproximação para o crescimento da população ativa), o PIB, 2% no mesmo período. Não é preciso ser um gênio para perceber que o crescimento do produto é menor que o da população, o que conduz, sem dúvida a uma redução da renda *per capita* e a prováveis aumentos do desemprego, principalmente, por parte de quem vai entrar pela primeira vez no mercado. As possíveis saídas passam por uma redefinição de nosso modelo de crescimento e por uma redefinição das políticas de emprego, o que veremos no corpo deste texto.

19 No começo do processo de abertura econômica, levado a cabo no Brasil a partir do Governo Collor, muito se falava em substituição dos postos de trabalho do setor secundário (indústria de transformação) por postos de trabalho no setor terciário (serviços). Sem embargo, houve um aumento inicial nesse setor, mas que, num segundo momento, mostrou-se

quando o crescimento econômico registrado no período não se reflete em aumentos de postos de trabalho. “Esse período coincidiu com um intenso processo de modernização das empresas, que combinaram um incremento de sua produção com a preservação ou mesmo a diminuição de suas equipes”²⁰ Na região de Ribeirão Preto isto se traduz em índices que apontam para cerca de 80% de áreas mecanizáveis da cultura de cana-de-açúcar já mecanizadas; e trabalhos para tornar mecanizáveis as outras áreas, hoje ainda não mecanizáveis.

Este processo significou também uma deterioração na qualidade do trabalho. “O emprego industrial mergulhou numa espécie de poço sem fundo, contabilizando hoje [abril de 1998] aproximadamente apenas 75% das vagas que ofertava em 1990”²¹ Em contrapartida, registrou-se um crescimento nas chamadas terceirizações, onde o emprego prescinde de algumas (ou todas) as garantias e benefícios. O índice de trabalhadores sem carteira assinada aumentou 21,39% entre os anos de 1991-1998 e houve também um aumento de 19,40% nas pessoas trabalhando por conta própria no mesmo período²². Juntos estes representavam em dezembro de 1998, 49,25% de todas as pessoas empregadas, de acordo com dados do IBGE.

Sem contar esse tipo de desemprego, soma-se um outro, de caráter conjuntural, dado pelas opções de política econômica adotadas pelo governo brasileiro. Em especial, a política monetária seguida, combinando uma taxa de câmbio artificialmente valorizada com taxas de juros elevadas, conduziram a um quadro econômico de baixo crescimento. A taxa de câmbio acarreta uma dificuldade em exportar²³, ao mesmo tempo em que facilita a importação. Impõem um custo

insuficiente para absorver a mão-de-obra que era dispensada no primeiro e isso provam os índices de desemprego apontando para um crescimento da desocupação.

20 REIS, Carla e GIAMBIAGI, Fábio, *Crescimento econômico e emprego no Brasil: o que podemos esperar*. In *Conjuntura Econômica*, Vol. 52, nº. 5, Maio de 1998.

21 IBRE/FGV, *Mal menor?* In: *Conjuntura Econômica*, Vol. 52, nº. 4, Abril de 1998.

22 Indicadores IBGE e REIS, Carla e GIAMBIAGI, Fábio, op. cit.

23 As variações nas taxas de câmbio refletem variações nos preços relativos nacionais e internacionais. Taxas de câmbio valorizadas implicam em encarecimento do produto nacional e, o que é o mesmo, em barateamento nos produtos fabricados nos outros países.

elevado ao setor exportador, desincentivando novos investimentos neste setor e, em alguns casos, levando à redução de atividade. No período 1992-1997 nossas exportações passaram de 10,87% do PIB para 7,56%; ao mesmo tempo, houve um incentivo às importações, que passaram de 8,39% para 10,19% do PIB²⁴. Isto significa dizer que exportamos postos de trabalho para o exterior, pois ao mesmo tempo reduzimos nossas vendas externas e aumentamos nossas compras dos outros países²⁵.

A recente desvalorização do real, a partir de janeiro de 1999, embora tenha atenuado o quadro desfavorável no tocante ao setor externo, ainda não foi capaz — e há dúvidas quanto ao prazo e intensidade com isto ocorrerá — de alterar de forma importante o desempenho macroeconômico.

As altas taxas de juros mantidas também neste período acarretaram desincentivos ao investimento produtivo, uma vez que tornaram vantajosa a especulação financeira; as taxas de juros são, comumente, tomadas para o cálculo do custo de oportunidade de um investimento. Assim, se o retorno esperado de um novo negócio for superior à taxa de juros paga pelo mercado, torna-se interessante pensar no investimento; caso contrário é preferível aplicar o recurso no mercado financeiro e receber os juros do período. No Brasil, as taxas de juros chegaram a quase 70% ao ano (1995). As recentes reduções operadas na taxa de juros ainda não foram capazes de situá-la em patamar compatível com a retomada do crescimento econômico, apresentando o Brasil ainda hoje (abril de 1999), uma das maiores taxas de juros reais do mundo, a despeito do relativo desafogo observado no setor externo.

A soma destes dois fatores, conjuntural e estrutural, aliado à baixa qualificação profissional²⁶, conduziram-nos aos níveis de desemprego atuais. Em

24 Conjuntura Econômica, Vol. 53, nº. 2, Fevereiro de 1999.

25 Esta mesma política foi responsável pelo aumento nos déficits comerciais — importações menos exportações — e necessidade de financiamentos externos, com o conseqüente aumento da dívida externa brasileira.

26 Não consideramos este fator preponderante, embora importante, pois, dado uma demanda fixa por trabalho, qualificar-se-ão aqueles que atenderem aos requisitos das empresas — a

Ribeirão Preto, isto não foi diferente. Os habitantes da cidade vivem sobretudo do comércio e do setor de serviços²⁷ de uma maneira geral. A crise representada pelo aspecto conjuntural e estrutural do problema também chegou à cidade. A substituição do homem pela máquina – mecanização de colheitas, informatização de serviços, bancos, escritórios de um modo geral – e os cortes em subsídios aos usineiros, devido aos ajustes de ordem fiscal promovido pelo Governo Federal, aliados à redução nas vendas do comércio em geral, inadimplências no crédito pessoal e empresarial, fechamento de micro-empresas, entre outros vários fatores que podem ser elencados – tudo isto contribuiu para a formação do quadro traçado e visto na seção anterior.

Há que se frisar que o desempregado e as pessoas em condições precárias de trabalho, em Ribeirão Preto têm características definidas, sendo em sua maioria jovem, morando com os pais e com formação incompleta do primeiro grau. Basicamente são os novos ingressantes no mercado – possivelmente buscando emprego pela primeira vez – que carecem da educação que mencionamos no início desta seção e que encontram na família alguma segurança para iniciar esta vida profissional, enquanto não iniciam suas atividades.

A solução do problema, antes de termos a presunção de que a tenhamos, passa, sem margem de dúvidas, por uma redefinição de toda nossa política econômica e, particularmente, uma redefinição da política referente ao trabalho. Os ganhos oriundos do aumento de produtividade – que, se controversos na mensuração, são inegáveis – podem e devem ser redirecionados para a criação de postos de trabalho para os que hoje encontram-se excluídos deste mercado.

Algumas medidas são propostas pelo Texto-Base²⁸, tais como:

demanda está dada, este é o ponto. Se todos tiverem a mesma qualificação, as empresas buscarão diferenciais acessórios como critério de eliminação.

27 Até a conclusão deste texto a **PAED** ainda não havia tabulado seus resultados por profissão, mas percebeu-se uma alta incidência de comerciantes/comerciários, pedreiros, contadores, advogados e administradores de empresas, do lares e estudantes, funcionários públicos, entre outros.

28 CNBB, op. cit., pp 97 – 114.

- linhas de crédito a pequenas empresas e pequenas iniciativas regionais, como os bancos do povo, cooperativas de crédito etc., com a finalidade de baratear o acesso a recursos de investimento para este setor – que é o que gera os maiores números de postos de trabalho –, ao mesmo tempo que lhes permite melhor capacitação para enfrentarem a concorrência com as grandes empresas²⁹;
- promoção de cursos de requalificação profissional, com o objetivo de preparar o profissional desatualizado para voltar a competir no mercado com maiores oportunidades.
- controle de capitais especulativos, uma vez que não gera investimentos de longo prazo no país, contribui apenas para operações contábeis e interfere em qualquer plano de investimento macroeconômico sério e de longo prazo.

Podemos adicionar outras, como por exemplo a redução dos juros para patamares mais civilizados, o que por si só já serviria de incentivo ao investimento, não apenas o público como também os investimentos do setor privado.

Todas essas medidas atacariam o desemprego provocado pelo fator conjuntural. Mas persistiria o problema “estrutural”, uma vez que envolve questões de longo prazo. A solução, no nosso modo de pensar, passa por uma redefinição do que entendemos por trabalho e por uma reformulação das relações de trabalho, que poderiam abarcar, dentre outras medidas³⁰:

29 Estas idéias podem parecer utópicas e, em grande medida são se não houver vontade de implementá-las. Por exemplo, a questão de conceder benefícios a pequenas empresas há muito tempo vem sendo discutida e não foram adotadas senão medidas tópicas e localizadas. Algumas localidades como Porto Alegre e Santo André contam com experiências interessantes de crédito a pequenas empresas, com baixa taxa de inadimplência e auto-sustentação a partir de recursos iniciais. Entretanto, são experiências de difícil multiplicação, muito mais por incapacidade de gerenciamento que por qualquer outro motivo.

30 As propostas podem parecer utópicas, mas expressam um desejo dos autores em propor soluções criativas para enfrentar o problema. É verdade, e os filólogos poderão nos dizer, crise e criatividade têm o mesmo radical. E são nos momentos de crise que devemos buscar a criatividade necessária para superá-las.

- redução da jornada de trabalho sem redução de salários, principalmente nos setores onde não há concorrência externa, ou seja uma apropriação dos ganhos de produtividade para o componente salário³¹;
- promoção de trabalhos que produzam serviços de interesse social, ou seja, o desenvolvimento do chamado terceiro setor – as instituições de caráter privado que prestam serviços de utilidade pública, muitas vezes valendo-se de serviços voluntários;

Falta, a nosso ver, vontade de levar a cabo mudanças estruturais nas relações entre empregados e empregadores com a intenção de incluir no mercado milhões de pessoas que são lançadas fora dele. É preciso ver que, sob todos os pontos de vista, o desemprego involuntário representa formas de ineficiência social, pois a sociedade está sendo privada dos produtos que estas pessoas poderiam estar produzindo, estes trabalhadores não estão consumindo produtos que poderiam estar sendo produzidos, aumentando ganhos para empresas e trabalhadores destes setores e o Estado está sendo chamado – no nosso caso com algumas mazelas – a socorrerem estes potenciais trabalhadores, uma vez que montamos e desejamos ter um Estado com garantias sociais mínimas. Faltam soluções criativas, simples ou audaciosas e gerentes capazes de implementá-las. A Igreja faz a sua parte, colocando-se pró-ativamente na busca dessas soluções, participando e propondo discussões e exigindo implementações.

31 A repartição dos ganhos de produtividade entre os agentes pode se dar de três maneiras: ou via aumento de lucros, beneficiando apenas os detentores do capital – patrões, sócios, acionistas etc. – via aumento de salários – beneficiando apenas os trabalhadores – ou via preço – beneficiando os consumidores daquela mercadoria. Alguns estudos apontam para um pequeno crescimento do salário real nos últimos anos o que contrariaria a tese de que os ganhos de produtividade são repassados apenas para preço ou somente para lucro, ou somente para preços e lucros. Entretanto, tal aumento de salário real pode decorrer de uma variação significativa do ganho real de alguma categoria em especial e não de toda a sociedade. De modo que, continuamos a acreditar que os principais beneficiários dos ganhos de produtividade sejam os donos do capital, em grande medida e, um pouco menos, os consumidores – que não necessariamente precisa ser toda a sociedade, uma vez que o produto pode referir-se a algum bem de luxo ou algo parecido – que não é consumido por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELCHIOR, Eloísio O. *Vocabulário de Termos Econômicos e Financeiros*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomics*. New Jersey: Prentice Hall, Upper Saddle River, 1997.
- CHAGAS, André. *Desemprego: Fantasma do fim do século*. Ribeirão Preto: mimeo, 1998.
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *A FRATERNIDADE E OS DESEMPREGADOS: Sem Trabalho... Por quê?* – Texto Base. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999.
- DIEESE, <http://www.dieese.org.br>.
- IBGE, <http://www.ibge.gov.br>.
- IBRE/FGV, *O mal menor?* – Carta do IBRE, *in.*: Conjuntura Econômica, Vol. 52, nº.4, Abril de 1998.
- KEYNES, John M. *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Renda*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- LOPES, Luiz M. e VASCONCELLOS, Marco A. S. (org.). *Manual de macroeconomia*. São Paulo: Atlas, 1998
- MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho – Informe da OIT sobre o emprego no mundo – 1998/1999.
- REIS, Carla e GIAMBIAGI, Fábio, *Crescimento econômico e emprego no Brasil: o que podemos esperar*. In *Conjuntura Econômica*, Vol. 52 nº. 5, Maio de 1998.
- ROSSETTI, José P. *Contabilidade Social*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.